

Desafios organizacionais do desenvolvimento local: contribuições e limites da perspectiva schumpeteriana e da nova sociologia econômica

Gustavo Melo Silva

INTRODUÇÃO

Parcerias, consórcios, arranjos produtivos locais, redes e outras relações organizacionais são apontadas, em diferentes escalas, como possibilidades de promoção do desenvolvimento local. Para a economia o local é encarado, essencialmente, como um agregado de agentes de mercado e nesse sentido o território nunca cria redes diretamente, mas favorece a constituição de relações

FAROL

REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 2 | N. 3 | ABRIL | 2015 | ISSN: 2358-6311



de proximidade. Ao mesmo tempo, as redes de relações locais interagem com outros níveis territoriais (e redes) por meio da interação de agentes de mercado que pertencem simultaneamente a uma rede local e uma supralocal. Para Conti (2005), o desafio do desenvolvimento local é de natureza organizacional e envolve, portanto, a coordenação de atores sociais e não somente de agentes de mercado com seus princípios de ação e comunicação.

De acordo com Suzigan *et al.* (2005), a organização de sistemas de consumo, produção e inovação influenciam os espaços geográficos. A organização pode ser evidenciada por meio da formação de profissionais especializados, promoção de cursos de geração e treinamento de mão-de-obra qualificada, desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, prestação de serviços especializados de assistência técnica, de prospecção e difusão de informações e de desenvolvimento de tecnologias (SUZIGAN *et al.*, 2005).

Conforme Markusen (2005), o estudo sobre regiões contribui com a construção de teorias que tem como tema central a causalidade do desempenho da economia local. Entretanto, nesta abordagem existe uma ausência de ênfase no comportamento microeconômico das firmas e da organização industrial. A imersão social dos agentes econômicos em territórios pode fomentar a competitividade do sistema local, com hábitos, convenções e normas de

comportamento, por meio de um fenômeno facilitado pela proximidade geográfica que transcende as tradicionais relações cliente/fornecedor e compreendem redes formais e informais de colaboração e interações. Estas redes se formam por meio de mercados de trabalho locais, convenções e regras formuladas para o desenvolvimento de relações e de conhecimento empresarial (CONTI, 2005).

Neste ensaio foram propostas reflexões sobre a perspectiva schumpeteriana e da nova sociologia econômica para com o desafio organizacional do desenvolvimento local. O recorte teórico do texto aponta duas perspectivas complementares para compreensão das organizações no seu *locus*. Considera, por um lado, o comportamento empreendedor e os custos de transação e, por outro lado, a imersão dos indivíduos e organizações em redes com interesse situado socialmente. Estas perspectivas teóricas indicam alternativas complementares para o desafio organizacional do desenvolvimento local.

Para tanto, o ensaio foi construído com o objetivo de evidenciar a complementariedade das duas perspectivas indicando contribuições e limitações para compreensão da organização do desenvolvimento local. A interação entre as perspectivas teóricas foi possível a partir de suas contribuições distintas, que possuem limitações que tem como alternativa à complementariedade de abordagens que tratam do indivíduo e do coletivo para com a organização do

desenvolvimento local. Na abordagem individual foi destacada a racionalidade empreendedora. Na abordagem coletiva foi destacada a imersão e o interesse situado socialmente.

Para o alcance do objetivo central do trabalho, inicialmente foi apresentado uma análise conceitual sobre desenvolvimento local. Posteriormente, por um lado, foi apresentada a perspectiva do desenvolvimento a partir da organização econômica e do comportamento empreendedor (FREEMAN; PEREZ, 1988; HODGSON, 1994; 1998; JENSEN, 2000; NELSON; WINTER, 1997; PENROSE, 1995; SCHUMPETER, 1982; TEECE, 1988; WILLIAMS, 1978; WILLIAMSON, 1991a; 1991b; 1994; WILLIAMSON; WINTER, 1996). Por outro lado, recorreu-se à análise da nova sociologia econômica por meio dos fatores sociais determinantes do processo de escolha (BECKER, 1976; BOURDIEU, 2005a; 2005b; ELSTER, 1994; GRANOVETTER, 2002; RAUD-MATTEDI, 2007; SMELSER; SWEDBERG, 1994; STIGLER; BECKER, 1997) e pelo papel e influência de relações sociais existentes em redes, organizações e instituições da racionalidade humana (ELSTER, 1994; GRANOVETTER, 1973, 1994; 2002; SWEDBERG, 1994; 2004; SWEDBERG; GRANOVETTER, 1992).

DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento local é um tema de interesse acadêmico, por exemplo, dos estudos organizacionais, da economia e da sociologia, seja pela necessidade de



inclusão de camadas sociais vulneráveis na sociedade de mercado ou pelas possibilidades de criação de novas estruturas econômicas e sociais. Conforme Ckagnazaroff *et al.* (2008), o contexto socioeconômico é fundamental para a compreensão da relação entre governo, agentes de mercado e atores sociais envolvidos em processos de promoção e coordenação de ações relacionadas às políticas públicas de desenvolvimento local.

O desenvolvimento tem uma relação mais próxima com o nível local e com a qualidade de vida dos cidadãos (CKAGNAZAROFF *et al.*, 2008). O conceito de desenvolvimento considerado neste texto vai de encontro ao conceito de desenvolvimento socioeconômico abordado por Siedenberg (2006), que também pode ser considerado como um sinônimo de crescimento e de evolução econômica e social, que só ocorre quando existem mecanismos de apropriação e incorporação, de assimilação e adaptação, de escolha e mudança no processo de desenvolvimento econômico. Neste texto o conceito de desenvolvimento local adotado é aquele que trata, conforme Ckagnazaroff *et al.* (2008), do processo de melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população local, com a conservação do meio ambiente e com a participação ativa, organizada, democrática e consciente da população (CKAGNAZAROFF *et al.*, 2008).

Existe uma dificuldade na definição conceitual do que é desenvolvimento local. Para Martins (2002), a dificuldade é decorrente de concepções e posturas pouco ou nada conciliáveis do entendimento e da aceitação da proposta humanista, holística e ecológica, que está na essência deste conceito. Segundo Oliveira (2001), a compreensão do conceito de desenvolvimento local tem como desafio a complexidade da sociedade moderna e nesse sentido é interpretado de acordo com as dimensões da cidadania e da vida cotidiana.

Um pressuposto do conceito de desenvolvimento local é a capacidade efetiva de participação cidadã do indivíduo autônomo, crítico e reflexivo. Neste sentido o conceito de desenvolvimento local, conforme Oliveira (2001), pode ser compreendido como uma forma democrática em que o governo, ou seja, a esfera decisória do poder executivo do Estado, de uma realidade social ou territorial, estaria ao alcance das mãos dos cidadãos, da coletividade envolvida.

Outro pressuposto é que o desenvolvimento local é endógeno e pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica numa contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região na qual se desdobra a retenção do excedente econômico gerado pela economia local ou pela atração de excedentes provenientes de outras regiões (AMARAL FILHO, 2001). Entretanto, Amaral Filho

(2001) destaca que o caráter endógeno não tem um sentido restrito na própria região ou no local. Para este autor os seus fatores propulsores podem ser vistos tanto pelo lado da endogeneização do excedente como pelo lado da acumulação do conhecimento, das inovações e das competências tecnológicas, com repercussões sobre o crescimento da produtividade. Essa percepção tem como consequência a ampliação do emprego, do produto e da renda da economia local.

Para Tapia (2005), no contexto da transição da temática da industrialização da problemática do desenvolvimento local, o modelo endógeno de desenvolvimento garante a autonomia do processo de mudança do sistema econômico local, para o qual teria centralidade a ação estratégica dos atores sociais locais expressas em sua capacidade de controlar e internalizar o conhecimento e as informações externas que são variáveis-chave que afetam o desenvolvimento local. Portanto, a dinâmica do desenvolvimento local pode depender de especificidades locais, estruturas de governança e da capacidade das elites e atores sociais que controlam essas variáveis localmente.

Conforme Martins (2002), o desenvolvimento local não pode ser visto como um receituário de medidas prontas, tampouco padronizadas, para serem aplicadas em qualquer lugar, mas uma estratégia de ação coerente com os princípios e os pressupostos ecológicos e humanistas. De acordo com esse autor, a perspectiva

que assume atual tendência é aquela na qual se pensa e se planeja o desenvolvimento local dotado de um caráter humanístico, na acepção de considerar o homem simultaneamente como sujeito e beneficiário. Trata-se, portanto, de um pressuposto legítimo no qual as pessoas são responsáveis e instigadas a participar ativamente e não serem apenas beneficiárias desse desenvolvimento.

A pressuposta e necessária participação cidadã no desenvolvimento local pode ser definida a partir de estratégias e práticas de governança pautadas em consenso entre os agentes de mercado e atores sociais capazes de assegurar que os interesses dos mesmos sejam preservados. Estas estratégias e práticas estão direcionadas, conforme Ckagnazaroff *et al.* (2008), para inter-relações entre organizações e indivíduos em processos de promoção e coordenação de ações de inclusão social, consolidação e ampliação de participação do cidadão nos processos decisórios relacionados a políticas públicas.

A participação no processo de desenvolvimento local confere maior atenção ao exercício do poder num contexto organizacional que define, conforme Fischer (2002), o conceito de governança como parte da ideia geral do estabelecimento de práticas democráticas locais por meio da intervenção e participação de diferentes categorias de atores sociais como, por exemplo, o Estado, em seus

diferentes níveis, empresas privadas, cidadãos e organizações não governamentais.

Entretanto, a análise da complexidade do conceito de desenvolvimento local descrita acima, problematizada para sua efetivação a partir da necessidade da participação social e da melhoria das condições econômicas, não aborda de forma enfática o desafio organizacional, abordado na introdução deste trabalho, além de não considerar o comportamento empreendedor, os custos de transação, a imersão dos indivíduos e organizações em redes com interesse situado socialmente.

ORGANIZAÇÃO SCHUMPETERIANA: COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR E A FIRMA EVOLUCIONÁRIA

A firma para a economia clássica e neoclássica opera em mercados particulares, em que hipóteses são geradas com referências em classes de firmas, de mercados e de fatores de produção. Conforme Williams (1978), a firma tem o objetivo de maximizar o lucro, com relação direta na observação e registros dos custos. Conforme Williamson e Winter (1996), a firma e o mercado são modos alternativos de organização das mesmas transações e a teoria da organização econômica deveria basear-se na análise de custos de transação e estes deveriam ser pesquisados de forma comparada no mercado dinâmico. Os fatores dinâmicos

têm também uma importância considerável e uma investigação do efeito das transações no custo da organização e da comercialização permite, em geral, explicar porque algumas firmas se desenvolvem mais e outras menos. As transações de mercado implicam em certos custos, que devem ser analisados na economia como um fator de produção, o organizacional, cuja função é sua coordenação e a escolha de alternativas que otimizem todos os agentes econômicos.

Os mercados e as firmas são instrumentos opcionais para completar um conjunto relacionado de transações. Assim como a estrutura do mercado é importante para valorizar a eficácia no mundo mercantil, da mesma forma, a estrutura interna é útil na evolução da organização que considera aspectos econômicos e sociais (WILLIAMSON, 1991a; 1991b). A organização interna da firma e suas especificidades podem ser, conforme Schumpeter (1982), analisadas pelos fatos sociais que resultam do comportamento humano e os econômicos que resultam do comportamento econômico.

A perspectiva da firma schumpeteriana, como um fenômeno econômico, reconhece o contexto social, entretanto caminha para uma perspectiva comportamental e individualista do *homo economicus* em detrimento dos aspectos da ação coletiva. Mas mesmo que não considere os aspectos sociais em seus

modelos de análise do desenvolvimento econômico, esta perspectiva reconhece que é limitada pelo desenvolvimento da vida econômica que não foi imposta, mas que surge por iniciativa própria da firma. Para Schumpeter (1982), a economia, em si mesma, sem desenvolvimento é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento deve ser procurada fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica.

Freeman e Perez (1988), Teece (1988), Nelson e Winter (1997) apontam falhas e confirmam a necessidade de uma perspectiva de análise do desenvolvimento econômico da firma que considere fatos que influenciam o processo decisório das organizações não se limitando a racionalidade instrumental. Freeman e Perez (1988) abordam o desenvolvimento econômico a partir da classificação das inovações, que podem ser gerenciais, estruturais e tecnológicas. Para a realização da inovação na firma é fundamental o conhecimento específico, tanto técnico como o decorrente da experiência de vida do tomador de decisões, o empreendedor. Teece (1988) propõe que as mudanças tecnológicas influenciam a natureza da firma, que na moderna economia tem uma variedade de formas organizacionais. Os estudos do conhecimento organizacional e humano do desenvolvimento das firmas é abordado por Nelson e Winter (1997) como uma sequência de sub saberes que, na prática, são integrados.

Penrose (1995) reconhece a necessidade de racionalidades diversas para que os processos decisórios culminem em desenvolvimento econômico. Para esta autora a teoria do crescimento da firma deveria contemplar fatos e variáveis qualitativas, que influenciam o fato econômico, como os efeitos das modificações de circunstâncias externas e que estão fora do controle organizacional. A análise da atividade econômica ocorre no interior da firma como uma organização burocrática, uma unidade autônoma de planejamento, em que as atividades estão relacionadas e coordenadas por planos estruturados para a firma como um todo.

Para Penrose (1995), o empreendedor é um inovador do ponto de vista da firma e não necessariamente da economia, como é para a perspectiva schumpeteriana. Tanto para Penrose (1995) como para Schumpeter (1982), as aptidões psicológicas dos indivíduos são recursos escassos nas organizações. As aptidões psicológicas incluem o espírito empreendedor e a capacidade individual deste de organizar e dirigir uma firma para alcançar seus objetivos utilitaristas e de inovação. Esta perspectiva econômica começa a reconhecer relações sociais no processo racional da firma, ou seja, as escolhas racionais de minimização de custos e otimização da remuneração. Conforme Jensen (2000), a firma é um conjunto coletivo e a relação existente entre os indivíduos participantes é um fator determinante de custos e de remuneração, que pode ser analisado pelo comportamento dos indivíduos e da gerência. O comportamento dos indivíduos

dentro das organizações possui contradições implícitas e explícitas, que incluem também a influência e função do comportamento gerencial. A observação do comportamento individual e gerencial pode ser realizada a partir do papel social do agente de delegação, que é o coordenador de contratos de várias pessoas. O desempenho da atividade econômica envolve o interesse individual das pessoas e do agente. Especificamente, o agente tem como função tomar decisões de mercado para a firma. Para Penrose (1995), as decisões dos agentes têm como objetivo a maximização do seu valor principal, que é congruente com os objetivos dos acionistas de maximização de seus lucros.

A perspectiva teórica sobre a atuação da firma evolucionária e sua relação com os indivíduos aborda aspectos normativos dos agentes, como uma estrutura contratual entre o principal e os outros agentes, por meio de incentivos para a maximização do valor do principal. Esta abordagem chama atenção para a existência da colaboração entre indivíduos e agentes, sendo esta colaboração considerada como *inputs* de produção. Esta perspectiva propõe a observação e a análise das pequenas frações do comportamento de indivíduos associados de forma cooperativa com a firma. Para Jensen (2000), a firma passa a ser, por meio dos agentes, um ambiente com a disposição de *nexus* comportamentais contratuais entre indivíduos e o mercado. Para a perspectiva evolucionária as

relações são justificadas pelos fins de lucro e sua maximização da unidade de atividade econômica.

O comportamento humano passa a ser considerado nos processos decisórios da firma a partir do indivíduo que possui uma racionalidade movida pelos seus interesses. O indivíduo deve ter ganhos financeiros para garantir os ganhos da firma no mercado, que possui imperfeições de assimetria de informação e seu conhecimento passa a ter um papel no processo de desenvolvimento econômico. Para Hodgson (1994; 1998), o comportamento humano passa a ser considerado como uma ideia fundamental influenciada pelo pensamento liberal econômico para compreender o processo de alternativas de inovação das firmas. O indivíduo passa a ser uma unidade fundamental de análise, entretanto, vale ressaltar que este não é considerado como um indivíduo social. As perspectivas institucionais schumpeterianas analisam a influência dos indivíduos no contexto da firma com seus hábitos, valores, crenças e normas. Porém o faz com uma abordagem do *homo economicus* que toma suas decisões, por exemplo, conforme Williamson (1994), a partir dos custos de transação.

O “fazedor de contas”, ou seja, os agentes de mercado podem ser analisados a partir das categorias analíticas da firma schumpeteriana, especificamente pela busca de lucro ou dos objetivos organizacionais, que podem ser auferidos pela

análise do resultado e dos registros operacionais de custos de transação. O desenvolvimento econômico, nesta perspectiva, é influenciado por inovações e por perfis psicossociais de aptidões e de comportamentos individuais e gerenciais. A perspectiva teórica schumpeteriana da firma evolucionária é limitada em considerar em seu arcabouço nas definições das preferências dos indivíduos e das influências do meio histórico e social, em que estes estão imersos. Esta abordagem do *homo economicus* evolucionária contribui com a análise da organização do desenvolvimento local com a evidenciação da interação do mercado com as sociedades em análises microeconômicas da racionalidade dos indivíduos.

Existe uma progressão analítica da relação entre o comportamento humano nas firmas, que considera a existência política, legal, ou de maneira mais geral, social e institucional, mas também existe, de forma central, o pressuposto racional de utilidade de maximização, que gera limitações na compreensão, por exemplo, das preferências dos tomadores de decisão, os empreendedores em suas organizações inovadoras a partir do contexto social em que estão imersos. O *homo economicus*, nesta perspectiva, foi compreendido de forma determinística e individual a partir de sua racionalidade instrumental, ou seja, este busca a redução dos custos de transação nas trocas existentes no mercado, por meio de cálculos utilitaristas que desprezam e, algumas vezes, distorcem as informações

necessárias no processo decisório da firma. Portanto, para análise do desenvolvimento local existe a necessidade da compreensão do indivíduo empreendedor como um agente econômico, mas também como um ator social influenciado por informações da economia e da sociedade na qual está imerso e posicionado em relações sociais.

ORGANIZAÇÃO DA NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA: IMERSÃO SOCIAL E INTERESSE SITUADO

Para Steiner (2006), sociólogos e economistas se esforçam atualmente para mostrar que é necessário incluir outras formas de ação no esquema metodológico econômico de análise das atividades econômicas. A abordagem sociológica do fenômeno econômico é orientada para análise do comportamento guiado, por exemplo, por laços, confiança, estrutura social e racionalidade coletiva, que influenciam os processos decisórios econômicos e as alternativas organizacionais por meio de critérios sociais. Os processos decisórios incluem o cálculo racional, mas também as limitações e constrangimentos de ordem afetiva, definidas por aspectos históricos, culturais e peculiaridades imersas em contextos organizacionais (STEINER, 2006). O conhecimento específico sobre um determinado processo de tomada de decisão influencia o posicionamento competitivo dos negócios no mercado, que conforme Becker (1976), também é influenciado pelo conhecimento das relações sociais e pela eficiência dos negócios.

As organizações estão imersas em um contexto social, portanto a ação organizacional faz parte da sociedade. As relações existentes entre a sociedade e os fenômenos econômicos podem ser observadas por categorias analíticas que permitem a análise da racionalidade das ações dos tomadores de decisão, dos indivíduos que expressão comportamentos que são influenciados tanto por questões individuais como coletivas. A organização de negócios, motivos, interesses e processos não econômicos, tanto quanto econômicos, são todos fundamentais nos procedimentos das organizações (BARNARD, 1971).

A racionalidade existente na relação entre a economia e a sociedade pode ser um problema que inicialmente pode ser delimitado pela compreensão do comportamento humano para a economia. O paradigma econômico da teoria da escolha racional é economicamente puro, ou seja, a sociedade é vista como uma economia ou um mercado, já a sociologia considera que a sociedade possui atividades econômicas que propiciam relações e intercâmbios entre indivíduos e grupos sociais. Para a teoria da escolha racional a economia é um sistema independente e separado da sociedade, já para a sociologia esta é parte do sistema social, ou seja, está imerso na vida social.

Para a teoria da escolha racional, conforme Zafirovski (1999), a racionalidade é utilitarista, com o objetivo claro de busca de maximização da utilidade e

respectivamente do lucro, com redução de custos por meio de uma racionalidade baseada no cálculo consciente, já para a sociologia esta ocorre na congruência de valores e critérios sociais, por meio de uma racionalidade coletiva e substantiva.

Para a nova sociologia econômica, conforme Granovetter (2002), além do indivíduo, grupos sociais e questões comportamentais como gosto, conhecimento, educação, etnia, família, entre outras variáveis, influenciam as escolhas, ou seja, as alternativas de decisão ou soluções de problemas econômicos que emergem do contexto social. A perspectiva econômica da ação racional tem como objetivo mostrar o que o agente faria caso fosse inteiramente racional, não se preocupando em descrever realmente o que o agente faz, ou seja, qual a sua racionalidade, entretanto, esta perspectiva oferece a vantagem decisiva de ser facilmente compreensível e passível de formalização matemática.

Portanto, ambas as perspectivas, tanto a econômica como a sociológica, contribuem para a compreensão da organização socioeconômica. Para tanto, deve existir a aceitação de que as atividades econômicas são influenciadas pela evolução e comportamento das sociedades, sendo as variáveis não econômicas fundamentais para a compreensão do comportamento humano e do mercado (BECKER, 1976). A análise da racionalidade do comportamento humano e de suas instituições deve compreender relações sociais, que a perspectiva econômica

equivocadamente compreende de maneira independente. Conforme Granovetter (2002), para a perspectiva econômica as transações são definidas por cálculos racionais com o objetivo da obtenção do lucro individual de forma independente das obrigações e relações sociais. Conforme Smelser e Swedberg (1994), para a nova sociologia econômica o mercado é um fato social especificamente composto de redes sociais, contexto cultural no qual as alternativas comportamentais individuais são influenciadas por padrões institucionais, induções estruturais e pelo desenvolvimento social. Para Bourdieu (2005a; 2005b), as relações econômicas compõem a estrutura social e não podem ser compreendidas somente por meio dos agentes intercambiáveis e livres de qualquer pressão estrutural. Portanto, para a nova sociologia econômica (cf. BOURDIEU, 2005a; 2005b; GRANOVETTER, 2002; SMELSER; SWEDBERG, 1994; STEINER, 2006) existe um campo econômico, uma estrutura, em que estão imersas as disposições dos agentes que influenciam as decisões, por exemplo, tanto na determinação dos preços como também na definição das estratégias publicitárias.

O sujeito e sua decisão econômica em relações sociais de grupos, famílias ou empresas funcionam a maneira de um campo enraizado no passado sobre a forma de disposições ou de rotinas por meio da história (BOURDIEU, 2005a; 2005b). Para Stigler e Becker (1977) o *homo economicus* exclui as preferências dos atores sociais, ou seja, estes não devem nada às experiências passadas e são inacessíveis

às flutuações da história, sendo que a função de utilidade individual é imutável e não tem pertinência analítica. As estratégias econômicas são, na maioria das vezes, integradas num sistema complexo de estratégias de reprodução, que, portanto, são plenas da história de tudo que visam perpetuar. Conforme Bourdieu (2005a), dimensões inteiras da existência humana e, em particular, das esferas da família, da arte ou da literatura, da ciência e mesmo, numa certa medida, da burocracia permanecem, pelo menos em grande parte, estranhas à busca da maximização dos lucros materiais.

Os agentes de mercado criam um espaço, isto é, o campo econômico, mas este só existe por meio de relações. Os atores têm posições diferenciadas nas redes de relações e seu posicionamento depende das conexões, ligações existentes com outras pessoas. A razão (ou a racionalidade) é limitada, não somente, por que o espírito humano é genericamente limitado, mas porque é socialmente estruturado e, por consequência, confinado, por relações sociais que influenciam as escolhas que não são definidas somente a partir de informações referentes ao lucro e a maximização das firmas (BOURDIEU, 2005a).

As possibilidades de compreensão da perspectiva do ator social no campo econômico são efetivadas por meio de rotinas, hábitos e rituais coletivos que existem em vários aspectos das atividades de mercado. A nova sociologia

econômica avança na compreensão do comportamento dos atores sociais, especificamente no entendimento do que eles atribuem importância, ou seja, o significado do interesse dos atores sociais é de que eles acreditam nas regras do jogo social (RAUD-MATTEDI, 2007). A aplicação do paradigma da ação coletiva para analisar atividades econômicas permite a incorporação de vários processos sociais para o estudo do fenômeno econômico. Conforme Elster (1994), a racionalidade não se materializa na sua instrumentalização, os processos decisórios são todos irracionais por não possuírem informações suficientes sobre as decisões necessárias para a maximização da utilidade, portanto, a preferência tem um papel no processo decisório. Embora a ação racional seja instrumental, algumas formas de ação instrumental são positivamente irracionais. A escolha racional não é um mecanismo infalível, uma vez que a pessoa racional pode escolher apenas o que acredita ser o melhor meio. Portanto, a racionalidade também se faz na relação entre uma crença e a premissa sobre a qual está mantida (ELSTER, 1994).

As análises de fatos sociais que influenciam as decisões organizacionais também podem ser analisadas a partir das relações existentes entre os atores e não somente entre as normas e regras institucionalizadas. Neste sentido, a análise de redes sociais tem como vantagem o fato de constituir uma ferramenta flexível por meio da qual se pode lidar com um número considerável de fenômenos

sociais. A análise de redes tem sido usada, por exemplo, para explorar diversos tipos de interações econômicas que não podem ser classificadas nem como costumes nem como alguns tipos de organização econômica. Para Swedberg (2004) essas formas sociais intermediárias são, por vezes, referidas como formas de organização em rede. Conforme Smelser e Swedberg (1994), o foco de análise das redes deve ser o processo econômico, suas conexões e interações entre a economia e a sociedade, sendo que a mudança institucional e os parâmetros culturais constituem o contexto socioeconômico.

As atividades econômicas estão imersas em redes sociais e organizacionais. O mercado, portanto, não se constitui de firmas isoladas, como nos modelos de concorrência perfeita da ciência econômica, mas em aglomerados de firmas que formam uma estrutura social mais ou menos coerente. O ponto importante que distingue os grupos econômicos de simples aglomerados financeiros, como os conglomerados, é a existência de solidariedade e estrutura social entre as firmas componentes. Solidariedade que se enraíza essencialmente, conforme Granovetter (1994), em laços fortes como, por exemplo, de familiares ou fracos como, por exemplo, étnicos. Para Granovetter (2002), as redes sociais facilitam a circulação de informações e asseguram confiança ao limitar os comportamentos oportunistas. De acordo com Swedberg (1994), o mercado é considerado, nesta perspectiva, como uma estrutura social. Para Swedberg e Granovetter (1992), a

análise de rede leva em conta as interações concretas entre indivíduos e grupos, que podem trazer respostas alternativas a uma série de problemas-chave da teoria econômica. Como, por exemplo, é o caso do mercado de trabalho, do desenvolvimento econômico, do êxito de micro e pequenas empresas, dos grupos econômicos, da confiança e do oportunismo.

Os atores sociais têm interesses, preferências, rotinas, hábitos e rituais coletivos. O comportamento coletivo é influenciado por instituições, normas e relações sociais, que podem ser analisadas por meio da ação econômica socialmente situada em redes sociais. Para a nova sociologia econômica a ação econômica é uma forma de ação socialmente situada e as instituições econômicas são construções sociais (GRANOVETTER, 2002; SWEDBERG; GRANOVETTER, 1992). Afirmar que a ação econômica é socialmente situada significa que, conforme Granovetter (2002), os indivíduos não agem de maneira autônoma, mas que suas ações estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais, ou seja, em redes sociais que representam a imersão social das ações econômicas. Além dos objetivos econômicos, os atores perseguem também objetivos sociais, como a sociabilidade, o reconhecimento, o estatuto e o poder. As ações dos atores sociais são condicionadas ao fato de pertencer às redes de relações interpessoais. Portanto, o mercado não consiste num livre jogo de forças abstratas de oferta e procura entre atores atomizados e anônimos, mas sim num conjunto de ações

estritamente imersas em redes concretas de relações sociais (GRANOVETTER, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na vida cotidiana ações ocorrem para solução de problemas e para atendimento de interesses individuais e de grupos. O desafio organizacional do desenvolvimento local não é diferente, portanto, para que este seja enfrentado e a efetividade do desenvolvimento local ocorra perspectivas complementares devem ser utilizadas para que, por exemplo, por um lado, o comportamento empreendedor seja estimulado e custos de transação sejam observados e, por outro lado, que seja considerada na organização a imersão social das relações entre indivíduos e seus interesses situados em determinada realidade social.

A complementaridade de perspectivas teóricas, neste texto foi desenvolvida, por um lado, a partir de categorias analíticas schumpeterianas e neoschumpeterianas que tratam o processo de desenvolvimento econômico a partir da influência que tem a inovação dos perfis psicossociais de aptidões e de comportamentos individuais e gerenciais. Por outro lado, foram apresentadas categorias analíticas da nova sociologia econômica que, de forma complementar, considera o comportamento coletivo influenciado por instituições, normas, regras

e relações sociais que refletem na ação econômica socialmente situada, por meio de rotinas, hábitos, rituais coletivos e por redes sociais.

A perspectiva schumpeteriana e neoschumpeteriana da continuidade a prática econômica da escolha ótima, na relação existente entre custo-benefício, sem considerar em sua análise parâmetros sociais, especificamente da ação coletiva, os resultados objetivados que não estão presentes na relação custo-benefício no processo organizacional do desenvolvimento local. Já a perspectiva da nova sociologia econômica complementa a compreensão da realidade com a firma evolucionária schumpeteriana a partir do entendimento de parâmetros relacionais e estruturais da sociedade que não são racionais para a economia, mas que estão imersos na vida cotidiana de pessoas e grupos.

Portanto, as perspectivas teóricas apresentadas neste ensaio apontam que o desafio organizacional do desenvolvimento local deve considerar na construção do percurso a racionalidade do agente empreendedor e dos grupos imersos não só no espaço geográfico, mas também em relações com interesses situados socialmente.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. Endogenização no desenvolvimento econômico regional e local. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 23, jun. 2001.

BARNARD, C. I. Considerações preliminares sobre os sistemas cooperativos. In: BARNARD, C. I. As funções do executivo. São Paulo: Atlas, 1971. p. 13-76.

BECKER, G. S. The economic approach to human behavior. Chicago: The University of Chicago Press, 1976. 320 p.

BOURDIEU, P. O campo econômico. Política & Sociedade, Florianópolis, v. 4, n. 6, p.15-57, abr. 2005a.

BOURDIEU, P. The social structures of the economy. Cambridge: Polity Press, 2005b. 180 p.

CKAGNAZAROFF, I. B.; PEREIRA, L. Z.; ANDRADE, C. R.; ABREU, B. V. A governança em planejamento e desenvolvimento local: uma análise teórica. Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 8, n. 2, p. 171-191, jun./dez. 2008.

CONTI, S. Espaço global *versus* espaço local: perspectiva sistêmica do desenvolvimento local. In: DINIZ, C.C.; LEMOS, M.B. (Org.). Economia e território. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 209-252.

ELSTER, J. Peças e engrenagens das ciências sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 212 p.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão introdução a uma agenda. In: FISCHER, T. (Org.). Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 12-32.

FREEMAN, C.; PEREZ, C. Structural crises of adjustment: business cycles and investment behaviour. In: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SOETE, L. (Ed.) Technical change and economic theory. London: Pinter, 1988. p. 38-66.

GRANNOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. In: BIGGART, N. (Ed.). Readings in economic sociology. Malden: Blackwell, 2002. p. 154-167.

GRANOVETTER, M. Business Groups. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Ed.). The handbook of economic sociology. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 453-475.

GRANOVETTER, M. The sociological and economic approaches to labor market analysis: a social structural view. In: GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. (Ed.). The sociology of economic life. Boulder: Westview Press, 1992. p. 233-264.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. American Journal of Sociology, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, May 1973.

HODGSON, G. M. Institutional economic theory: the old versus new. In: PRYCHITKO, D. (Ed.). Why economists disagree: an introduction to the alternative schools of thought. Albany: Suny Press, 1998. p. 155-178.

HODGSON, G. M. The return of institutional economics. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Ed.). The handbook of economic sociology. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 58-76.

JENSEN, M. C. A theory of the firm: governance, residual claims and organizational forms. Cambridge: Harvard University Press, 2000, p. 83-89; 136-167.

MARKUSEN, A. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.). Economia e território. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 57-76

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. An evolutionary theory of economic change. In: FOSS, N. J. (Ed.). Resources, firms and strategies: a reader in the resources-based perspective. Oxford: Oxford University Press, 1997. p. 82-99.

OLIVEIRA, F. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Pólis/EAESP/FGV, 2001. 40 p.

PENROSE, E. Teoría del crecimiento de la empresa. Madrid: Aguilar, 1962. 304 p.

RAUD-MATTEDI, C. Bourdieu e a nova sociologia econômica. Tempo Social, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 203-232, nov. 2007.

SCHUMPETER, J. A. O fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico. In:

SCHUMPETER, J. A. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 43-66.

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. IV, n. 4, p. 1-15, dez. 2006.

SMELSER, N.; SWEDBERG, R. The sociological perspective on the economy. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Ed.). The handbook of economic sociology. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 3-26.

STEINER, P. A sociologia econômica. São Paulo: Atlas, 2006. 134 p.

STIGLER, G. J.; BECKER, G. S. De gustibus non est disputandum. The American Economic Review, Pittsburgh, v. 67, n. 2, p. 76-90, Mar. 1977.

SUZIGAN, W.; CERRÓN, A. P. M.; DIEGUES JUNIOR, A. C. Localização, inovação e aglomeração: o papel das instituições de apoio às empresas no estado de São Paulo. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 86-100 abr./jun. 2005.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 7-34, nov. 2004.

SWEDBERG, R. Markets as social structures. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Ed.). *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 255-282.

SWEDBERG, R.; GRANOVETTER, M. Introduction. In: GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. (Ed.). *The sociology of economic life*. Boulder: Westview Press, 1992. p. 1-26.

TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 132-139, jan./mar. 2005.

TEECE, D. Technological change and the nature of the firm. In: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SOETE, L. (Org.) *Technical change and economic theory*. London: Pinter, 1988. p. 256-281.

WILLIAMS, P. L. *The emergence of the theory of the firm: from Adam Smith to Alfred Marshall*. London: Macmillan, 1978. p. 1-69.

WILLIAMSON, O. E. Transaction cost economics and organization theory. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Ed.). The handbook of economic sociology. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 77-107.

WILLIAMSON, O. E. Comparative economic organizations: the analysis of discrete structural alternatives. *Administrative Science Quarterly*, Ithaca, v. 36, n. 2, p. 269-296, jun. 1991a.

WILLIAMSON, O. E. Mercados y jerarquías: su análisis y sus implicaciones antitrust. México: Fondo de Cultura Económica, 1991b. p. 17-59.

WILLIAMSON, O. E.; WINTER, S. G. (Org.) La naturaleza de la empresa: orígenes, evolución y desarrollo. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. p. 3-84.

ZAFIROVSKI, M. Economic sociology in retrospect: in search of its identity within economics and sociology. *American Journal of Economics and Sociology*, New York, v. 58, n. 4, p.583-627, Oct. 1999.

Desafios organizacionais do desenvolvimento local: contribuições e limites da perspectiva schumpeteriana e da nova sociologia econômica

Resumo

O desenvolvimento local tem crescente espaço nas discussões sociais e econômicas. A organização é apontada como fundamental para o desenvolvimento territorial bem sucedido. Este ensaio foi desenvolvido a partir da complementariedade das contribuições e limitações da perspectiva dos agentes de mercado da firma evolucionária e da nova sociologia econômica para compreensão de processos organizacionais em prol do desenvolvimento local. Por um lado, o desenvolvimento local pode ser influenciado por inovações e perfis psicossociais de aptidões e de comportamentos individuais e gerenciais. Por outro, por atores com interesses, preferências, rotinas, hábitos e rituais coletivos em redes sociais. Portanto, a organização do desenvolvimento local pode ser compreendida de forma complementar tanto no nível individual, por meio do empreendedor, como no nível coletivo, por meio dos atores imersos em redes sociais.

Palavras-chave

Desenvolvimento local. Empreendedores. Imersão. Redes. Organização.



Organizational challenges of local development: contributions and limits of perspective schumpeterian and the new economic sociology

Abstract

The local development, increasingly, saves space in the discussions social and economic. The organization has been identified as a key factor in the successful development of territories. This article was developed from the complementarity of contributions and limitations from the perspective of market agents of evolutionary firm and the new economic sociology for understanding organizational processes in support of local development. On the one hand, the local development can be influenced by innovations and psychosocial profiles of skills and of individual behaviors and managerial. On the other hand, this is also influenced by actors with interests, preferences, routines, habits and rituals in collective social networks. Therefore, the organization of local development can be understood in a complementary manner both at the individual level, by means of the entrepreneur, as the collective level, by means of the actors immersed in social networks.

Keywords

Local Development. Entrepreneurs. Immersion. Networks. Organization.



Retos de la organización de desarrollo local: las contribuciones y los límites de la perspectiva schumpeteriana y la nueva sociología económica

Resumen

El desarrollo local tiene creciente espacio en los debates sociales y económicos. La organización es un factor clave en el desarrollo territorial exitoso. Este ensayo fue elaborado en función de la complementariedad de las contribuciones y limitaciones desde la perspectiva de los agentes de mercado firme y evolutivo de la nueva sociología económica para comprender los procesos organizacionales para apoyar el desarrollo local. Por un lado, el desarrollo local puede estar influenciado por las innovaciones y los perfiles de competencias psicosociales y de comportamientos individuales y de gestión. También se ve influida por actores con intereses, preferencias, rutinas, hábitos y rituales colectivos en las redes sociales. Por lo tanto, la organización de desarrollo local puede ser entendida de manera complementaria, tanto a nivel individual, por medio del empresario, como en el nivel colectivo, por medio de los actores inmersos en las redes sociales.

Palabras clave

Desarrollo Local. Emprendedores. Inmersión. Redes. Organización.



Autoria

Gustavo Melo Silva

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto da Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: gustavomelosilva@yahoo.com.br.

Endereço para correspondência

Gustavo Melo Silva. Universidade Federal de São João del-Rei, Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis. Av. Visconde do Rio Preto, s/n, Campus CTan, Colônia do Bengo, São João del Rei, MG, Brasil. CEP: 36300-000. Telefone: (+55 32) 33792355.

Como citar esta contribuição

SILVA, G. M. Desafios organizacionais do desenvolvimento local: contribuições e limites da perspectiva schumpeteriana e da nova sociologia econômica. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 189-224, abr. 2015.

Contribuição Submetida em 18 jul. 2014. Aprovada em 11 nov. 2014. Publicada online em 10 fev. 2015. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.

